

Artigo

ESPAÇOS AFRICANIZADOS DO BRASIL: ALGUMAS REFERÊNCIAS DE RESISTÊNCIAS, SOBREVIVÊNCIAS E REINVENÇÕES

Zélia Amador de Deus

p. 63-76

revista



T - T - T

Revista Eletrônica:
Tempo - Técnica - Território,
V.3, N.2 (2012), 63:76
ISSN: 2177-4366

DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v3i2.15443>

Como citar este artigo:

DEUS, Z. A. ESPAÇOS AFRICANIZADOS DO BRASIL: ALGUMAS REFERÊNCIAS DE RESISTÊNCIAS, SOBREVIVÊNCIAS E REINVENÇÕES. Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.3, n.2 (2012), p. 63:76 ISSN: 2177 - 436659. DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v3i2.15443>

Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ciga/index.php/ciga/article/viewFile/148/113>

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

ESPAÇOS AFRICANIZADOS DO BRASIL: ALGUMAS REFERÊNCIAS DE RESISTÊNCIAS, SOBREVIVÊNCIAS E REINVENÇÕES

Prof. Dr. Zélia Amador de Deus

Coordenadora do Grupo de Estudos Afroamazônicos
Ex - Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)
E-mail: zelia@amazon.com.br, zeliamador@gmail.com

RESUMO: O artigo trata da diáspora africana num contexto em que a África trazida para as Américas, de alguma forma, sobreviveu e, ao mesmo tempo, funcionou como instrumento de sobrevivência dos africanos e seus descendentes. Neste particular, as culturas de matriz africana, ao longo do tempo, foram e são utilizadas como estratégias políticas que forjam processos de negociações, destacando os quilombos contemporâneos brasileiros, como espaços africanizados presentes na narrativa de nacionalidade brasileira.

Palavras-chave: África. Diáspora. Culturas. Quilombos.

ABSTRACT: This paper deals with the African diaspora in a context where the Africa brought to the Americas, somehow survived and at the same time, worked as an instrument of survival for Africans and their descendants. In particular, the cultures of African nature, over time, were and are used as political strategies that shape processes of negotiations, highlighting the contemporary Brazilian quilombos as African-like spaces present in the narrative of Brazilian nationality.

Keywords: Africa. Diaspora. Cultures. Quilombo.

A composição desta narrativa parte da premissa de que as diversas culturas trazidas pelos africanos, quando da diáspora forçada, foram capazes de minar e disseminar africanidades, todo o território brasileiro. Nesse processo, os africanos e seus descendentes agiram sempre com muita astúcia para não deixar fenecer suas manifestações culturais, reprimidas pelo poder hegemônico que agia e, ainda age, sob a égide do racismo. O resultado desse embate se faz evidente, hoje, de norte a sul do país. A presença de espaços africanizados em território brasileiro é uma constante, mesmo na região norte, que, se costuma dizer, sofreu influência apenas dos povos

indígenas. Rompendo com este senso comum em relação ao norte do país, manifestações de africanidades rasgam o tecido cultural branco que se quer hegemônico, e fluem, vêm à tona, sem pedir licença ao *senhor branco*. Ao contrário, se põem e se impõem presentes nas performances culturais da região, e narram à história cultural dos africanos e seus descendentes.

Muitas vezes, mesmo aquilo que se encontrava aparentemente oculto, no momento da travessia atlântica, é capaz de revelar-se após a travessia do atlântico, irrompendo das profundezas da memória. Novamente, aquilo que irrompeu, pode ocultar-se por tempos, para fugir da repressão, por exemplo. Ainda assim, pode mais vezes revelar-se sem perder a sua estrutura matriz. Desse modo, abrindo fendas, brechas e frestas, pode rasgar o tecido da cultura oficial e vir à tona exercendo um papel de resistência, estabelecendo uma espécie de guerra silenciosa, porém, contínua e ininterrupta. Uma “guerra fria” que, em longo prazo, foi capaz de minar a instituição por dentro e forçar processos de negociações.

Diáspora, segundo Zegarra (2005, p. 345), “representa um tipo de agrupação social caracterizado por uma história comum de experiências e relações pessoais [...] que ainda exhibe uma base comum de fatores históricos condicionados pelo sistema de ordem mundial”.

A diáspora africana histórica no continente americano decorre do processo do colonialismo europeu, do tráfico transatlântico e do sistema de escravidão. As principais características que distinguem esta diáspora, como uma formação global, de outros grupos socialmente diferenciados, são as seguintes experiências históricas: migração e deslocamento geossocial: a circulação da população; opressão social: relações de dominação e subordinação; resistência; luta e ação política e cultural.

Desse modo, uma vez os africanos instalados em quaisquer dos continentes, por mais que suas tradições fossem represadas ou aniquiladas, pela cultura hegemônica, os descendentes de africanos davam início a um processo de criação, invenção e re-criação, da memória cultural para preservação dos laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade. É provável que no processo da diáspora forçada, vivido pelos africanos, a memória coletiva dos diversos grupos tenha sido posta em jogo na luta das forças sociais pelo poder. Segundo Le Goff (1996, p. 246), os dominadores tornam-se senhores da memória e do esquecimento. “[...] Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”. Entretanto, o processo de re-elaboração da memória faz intervir não só na ordenação desses vestígios presentes na memória, mas também em suas releituras.

O processo de reelaboração da memória faz intervir não só na ordenação desses vestígios de africanismos, mas também em suas releituras, que na maioria dos países do continente americano estão presentes na cultura, mas que foram relegadas à estante do folclore e à estante da

cultura popular. Mas, elas, as releituras estão presentes apesar disso, porque não se apagam memórias e não se eliminam culturas, senão a preço da destruição física daqueles que são seus portadores. A cultura é aqui entendida como processo que permite ao ser humano compreender sua experiência no mundo e conferir sentido à sua existência. Nesta rede de interação, as múltiplas culturas africanas que se espalharam pelo mundo, preservaram marcas visíveis dos traços africanos.

Portanto, ainda que em fragmentos, nos interstícios da cultura do senhor, as culturas dos africanos escravizados, resistiram e persistiram e realizaram processos incessantes de trocas, fusões e re-significações. Esses processos, não ocorrem numa via de mão única, mas, sempre numa via de duas mãos. A inscrição dessas memórias caminha pelo tempo e pelo espaço constituindo um repositório que Homi Bhabha chama de **entre-lugares**.

O trabalho fronteiro da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver. (BHABHA, 1996, p. 27).

O “entre – lugar,” o passado – presente misturando-se e ressignificando-se e reatualizando-se para imprimir sentido ao futuro. Essa parece ter sido a constante na vida dos africanos no processo da diáspora nas Américas, uma vez que a cultura dos africanos foi o grande “capital social” que os ajudou em seus processos de resistência e persistência em território estrangeiro. Roger Bastide (1974, p. 26), em *Américas negras*, assinala que “os navios negreiros transportavam a bordo não somente homens, mulheres e crianças, mas ainda seus deuses, suas crenças e seu folclore”. Eu diria que muito mais: valores civilizatórios, visões de mundo, memórias, ritmos, cantos, danças, dúvidas existenciais, alteridades linguísticas; enfim, suas histórias e culturas.

Esse arsenal que atravessou o oceano foi de fundamental importância para que os africanos pudessem se reconstituir, e agir contra a opressão. No caso dos africanos da diáspora, a origem está localizada, geograficamente, no continente africano. Entretanto essa origem terá que interagir com o novo espaço geográfico desconhecido e com a nova condição, imposta pelo colonizador aos africanos escravizados.

O fato das **performances** dos africanos escravizados, na afro-diáspora, haverem sido construídas de pedaços, fragmentos de comportamentos restaurados, irá fazer com que cada uma delas seja singular, na medida em que estes comportamentos podem ser recombinações em infinitas variações e em diferentes contextos. Quero dizer com isso que a “África” que chega ao continente americano não é um todo homogêneo, mas um pedaço daquele continente marcado pela heterogeneidade de culturas e etnias. Não obstante, as ações de resistência, silenciosas e tenazes,

fundadas na cultura e desempenhadas no cotidiano dos africanos e seus descendentes, nem sempre têm o seu grau de importância percebido pelos estudiosos. A importância é dispensada muito mais aos grandes eventos guerreiros – formação de mocambos, organização de levantes, rebeliões, insurreições, etc. – e quase nada se dispensa às ações cotidianas, muitas, de caráter coletivo e outras de caráter individual. São as vozerias. Dessas diversas vozerias e dos diversos tambores, surgirão as manifestações culturais de origem africana nas Américas, que se desenvolvem nesse processo da afro-diáspora aproveitando as brechas abertas pelo calendário festivo dos europeus.

Se caminharmos pelas Américas, observando as manifestações culturais de origem africana, decerto encontraremos várias semelhanças em muitas dessas manifestações. E aí não nos cabe buscar correspondências exatas, pois todas foram forjadas em processos históricos que se por um lado, semelhante – condição de escravidão; por outro, cada processo envolveu diferentes formas de lutas e de negociações. O certo é que os africanos e seus descendentes sempre irão utilizar como instrumento de luta política fragmentos que compõem o mosaico da cultura de seus ancestrais.

Nesse particular, os africanos trazidos para as Américas, mesmo que tendo se tentado destruir tudo o que de mais caro aqueles povos podiam ter, foram capazes de, no continente americano, reinventar outras Áfricas. E essas outras Áfricas estão presentes em todos aqueles lugares para os quais esses africanos foram levados na condição de escravos e estão presentes aqui entre nós, muitas vezes ressignificadas, seguindo, ao longo do tempo, um ciclo composto de três elementos: de repetição, revisão e improviso. E é através desse ciclo que, creio, seremos capazes de redimensionar a cultura de modo que ela venha a ser um instrumento hábil para o posicionamento político do movimento negro. São elementos da memória coletiva pinçados para dar coerência a uma narrativa que se quer épica, gênero em que cabe o herói clássico, forte, valoroso, imbatível.

Nesse sentido, é significativa a recuperação dos quilombos como instrumento/testemunho de uma resistência que até 1988, se encontrava “invisível”, para o estado brasileiro, sob o nome genérico de comunidades negras rurais. Em agosto de 1986, quando do congresso “o negro e a constituinte”, acontecido em Brasília, o movimento negro ressignifica os históricos quilombos e consegue fazer constar na Constituição de 1988 o artigo 68 das disposições transitórias: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Dito de outra forma, os quilombolas atravessam o tempo “pedagógico”, destroem os “princípios constantes” da cultura nacional e invadem a cena para narrar suas histórias, emergindo da invisibilidade, onde,

por séculos protegidos por Ananse¹, viveram à margem da narrativa nacional. Hoje, a nação brasileira não pode mais pensar sua narrativa de nacionalidade sem considerar os quilombolas.

Aliás, a ideia de quilombo, Zumbi e Palmares sempre se constituíram elementos caros aos herdeiros de Ananse. Utopias a alimentar não apenas a luta e a resistência, mas também o sonho de construção de uma sociedade equânime em que o racismo e a discriminação racial não se fizessem presentes. Esses elementos pinçados da memória foram referência para o movimento negro na década de 1920, haja vista, a criação do Centro Cívico Palmares, em 1926, em São Paulo. Correia Leite, redator de *O Clarim d' Alvorada*² se refere ao objetivo do Centro Cívico Palmares da seguinte forma:

O objetivo do Centro Cívico Palmares foi fazer aproximação do negro para uma tentativa de levantamento para acabar com aquela dispersão que havia e esta havendo até hoje. O que o *Palmares* queria era que o negro se tornasse um elemento de força, de conjunto. (LEITE, 1992, p. 74).

Mais adiante, ressaltando o caráter de organização, é ainda Correia Leite (1992, p. 74) que afirma: “Toda preocupação era aquela: unir os negros para uma luta de reivindicação”. Na década de 1930 surgiu a Frente Negra Brasileira, em São Paulo, formada por militantes egressos do Centro Cívico Palmares. A Bandeira da Frente Negra Brasileira tinha a cor verde representada por um ramo de palmeira, simbolizando a Guerra de Palmares (LEITE, 1992).

Na mesma esteira, na década de 1940 Abdias do Nascimento criou Teatro Experimental do Negro, cujo órgão de divulgação era o jornal *Quilombo* (1948 a 1950), na apresentação da edição fac-similar, Abdias diz:

Numa época em que não existia a noção de “ação afirmativa” ou de políticas públicas especificamente voltadas ao atendimento das necessidades da população afrodescendentes, Quilombo trazia uma série de demandas nesse sentido, como o de bolsas para alunos negros nas escolas secundárias e nas universidades, inclusão nas listas de partidos políticos de números significativos de candidatos negros a cargos eletivos, a valorização e o ensino de matriz cultural de origem africana. A Convenção Nacional do Negro havia apresentado à Assembleia Nacional Constituinte de 1946 uma série de propostas que incluíam, além desses itens, a isenção de impostos para micro-empresários, negros em sua maioria. (NASCIMENTO, 2003, p. 8).

Na década de 1980, o mesmo Abdias publica a obra *Quilombismo*, nessa obra o referido autor afirma que sua geração de movimento negro possui a tarefa de edificar a ciência histórico-humanista do quilombismo. Para tanto, sua geração teria que mostrar à sociedade de um modo geral

¹ Ananse, divindade da cultura Fanthi-ashanti. Uma de suas histórias é a de que Ananse metamorfoseada em Aranha, usando de suas astúcias conseguiu o baú das histórias guardadas por Kuame o Deus do céu. Quando descia com o baú de das histórias por uma grande teia de prata que ela construía, descuidou-se e as histórias se espalharam pelo mundo, chegando até nós.

² Jornal da imprensa Negra brasileira criado em São Paulo, 1924 - 1932.

e, em particular para os negros, quilombismo tem que ser capaz de significar organização fraterna e livre solidariedade e convivência, enfim, comunhão existencial

Beatriz do Nascimento³ militante do movimento negro, do Rio de Janeiro no filme documentário feito por Raquel Gerbara, *Ori*, utiliza o termo quilombo para significar a resistência negra contemporânea. O dia 20 de novembro foi lançado como data a ser celebrada pelo segmento negro brasileiro em 1971, pelo Grupo de teatro Palmares, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A proposta veio da parte do poeta Oliveira da Silveira. O treze de maio não correspondia às expectativas das pessoas negras como data que pudesse ser celebrada, afinal, a abolição só havia no papel, não havia nada de concreto, em termos de medidas práticas na lei.

Portanto, era necessário buscar outra data. Era necessário recontar a história do Brasil. Esse não é um discurso novo. Ele está presente e persiste no dizer de lideranças do movimento negro, desde a década de 1920, conforme acima relatado, com a criação do Centro Cívico Palmares e, após, com a Frente Negra Brasileira. Entretanto, em que pese o fato de não ser um discurso novo, ele volta a emergir, em consequência das circunstâncias da luta e emerge, de forma ressignificada, falando pela via do símbolo metafórico.

O grupo de teatro Palmares de Porto Alegre, fundado em 1967, vinha de experiências do Teatro Novo Floresta Aurora. Portanto, carregava consigo a tradição da hoje, centenária, Sociedade Floresta Aurora⁴. O grupo já encenara diversas peças e é provável que tivesse conhecimento da montagem do texto escrito por Gianfrancesco Guarnieri, montado pelo Grupo Teatro de Arena, no Rio de Janeiro – Arena conta Zumbi – como ficou conhecida àquela montagem. Famosa, não apenas pelo conteúdo questionador do espetáculo, mas, também, pela trilha musical de autoria de Edu Lobo e Guarnieri e Rui Guerra. A voz de Elis Regina incumbiu-se de divulgar algumas composições.

O texto de Guarnieri e Rui Guerra constrói o personagem Zumbi como o grande herói de uma tentativa de sociedade livre, o que respondia, naquele momento histórico, aos anseios de muitos brasileiros, na medida em que se vivia sob o peso da ditadura militar, que se instalara em 1964. Zumbi e Palmares se constituíram, na grande metáfora da liberdade ansiada por vozes que foram caladas à força e, portanto, só podiam se manifestar através do símbolo metafórico.

Sem perda de tempo, o poeta afro-brasileiro, Oliveira da Silveira (2003) assumiu a função de arauto de seu tempo – capaz de anunciar a boa nova. Ou melhor, assume a função de griot e capta a mensagem e convida a comunidade à reflexão. Com a palavra, o poeta:

³ Beatriz do Nascimento historiadora, militante do movimento negro foi morta em 1987.

⁴ Organização do Movimento Negro criada em Porto Alegre há mais de cem anos. Oliveira da Silveira refere que a organização surgiu por volta de 1870, 1871.

Treze de maio traição
Liberdade sem asas
E fome sem pão

Oliveira da Silveira (2003), em depoimento, afirma que embora esses versos “tenham sido escritos em 13 de maio de 1969, o crítico mais veemente da data 13 de maio e da lei Áurea era o integrante do grupo que se chamava Jorge Antônio dos Santos”. E prossegue o poeta:

O grupinho de negros se reunia costumeiramente em alguns fins de tarde na rua da Praia (oficialmente, dos Andradas), quase esquina com Marechal Floriano, em frente à Casa Masson. Eram vários esses pontos de encontro, havendo às vezes deslocamentos por alguma razão. Pontos negros. (SILVEIRA, 2003, p. 24).

E ainda com a palavra o poeta:

Circulava na época o fascículo número seis da série Grandes Personagens da nossa História, da Editora Abril Cultural. Essa publicação fortaleceu a ideia em Oliveira da Silveira de que Palmares teria sido o momento mais marcante da História do negro no Brasil. Afinal, foram cem anos de luta contra o império colonial português. (SILVEIRA, 2003, p. 24).

Oliveira da Silveira (2003) afirma também que não podia se apoiar apenas no fascículo e por esse motivo, buscou como fonte de consulta o livro *O Quilombo dos Palmares*, de Édison Carneiro, e lá estava confirmado: o Vinte de Novembro. Agora não há mais dúvida, eis a data. O ano era 1971, quando o grupo celebrou o primeiro 20 de novembro.

Colaborando para a invenção da tradição, entra em cena a palavra do historiador Décio Freitas, que chegara ao Brasil, em Porto Alegre. Conforme seu próprio relato assistiu à primeira celebração do dia 20 de novembro, realizada pelo grupo de teatro Palmares, “movido por notícia na Imprensa”. É importante ressaltar que Décio Freitas, que professava o comunismo, havia se exilado no Uruguai, em Montevidéu, por causa da Ditadura militar. Durante o exílio, escreveu e publicou a obra *Palmares - la guerrilla Negra*. Esta publicação, segundo relato do autor, foi editada em 1971, pela editora Nuestra América, em Montevidéu. Décio Freitas dizia haver presenteado ao grupo de teatro Palmares, com um exemplar do livro.

Com efeito, a obra de Décio Freitas, mais tarde, foi traduzida para o português e publicada no Brasil pelas edições Graal, Rio de Janeiro. A obra será importante para o processo de “invenção” e “construção” da tradição sobre Zumbi e sobre o Quilombo de Palmares e contribuirá para o processo de consolidação do dia nacional da consciência negra.

O personagem Zumbi, construído por Décio Freitas (1990, p. 125), é delineado como um líder socialista. O Zumbi de Décio é um letrado. “Zumbi nasceu no começo do ano de 1655, numa das inúmeras povoações palmarinas”, portanto, Zumbi já era nativo do território de Palmares. Décio Freitas continua: “O negrinho recém-nascido foi dado de presente ao padre português Antonio Melo, do distrito de Porto Calvo, cujos limites marcavam a fronteira entre o povoamento luso-brasileiro e a república negra” (FREITAS, 1990, p. 125). Além de nativo de Palmares, Zumbi fora criado nos arredores de Palmares. É provável que por isso não tenha perdido o contato com seus pares. E o perfil do herói continua a ser traçado: “Conta o padre que batizou o pretinho e lhe deu o nome de Francisco. Ensinou-o a ler e o fez seu coroinha quando contava com dez anos de idade” (FREITAS, 1990, p. 125).

É importante ressaltar que o padre não tratava Francisco como escravo, pois os negros nascidos em Palmares não eram considerados escravos o que, segundo Décio Freitas, se explica por uma jurisprudência do Conselho Ultramarino que, mais tarde, será consolidada pelo Alvará Régio de 1682.

O padre que criou o pequeno Francisco lamenta que, ao completar quinze anos, seu coroinha, portador de “cordura perfeitamente cristã”, houvesse fugido para a companhia dos negros levantados de Palmares. E Décio ressalta a declaração do padre para compor o perfil letrado de Zumbi: “engenho jamais imaginável na raça negra e que bem poucas vezes encontrei em brancos. Aos dez anos, Francisco conhecia todo o latim que há mister e crescia em português e latim muito a contento” (FREITAS, 1990, p. 125).

Isso demonstra que o herói, pinçado pelo poeta Oliveira da Silveira (2003), está pronto para vingar, uma vez que possui os atributos fundamentais de que carecem um herói. Zumbi é corajoso, inteligente, bastante sagaz como estrategista, possui senso de sacrifício pessoal em nome do coletivo. O desenho, portanto, ressalta qualidades morais que são encarnadas pelo personagem e, ao mesmo tempo, essas qualidades serão veículos de valores tradicionais que precisam ser recuperados pela população negra, em seu processo de afirmação.

E, ainda mais: o herói é letrado, o que significa dizer que, além da tradição, o herói traz consigo, também, o princípio “civilizador”. Sobre isso, é José Murilo de Carvalho quem se manifesta:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referencia, fulcros de identificação coletiva, ele, o herói, terá a responsabilidade de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. (CARVALHO, 1990, p. 55).

Pronto está o herói para a elaboração de uma nova narrativa fundante que possa se contrapor ao “mito da democracia racial”. Zumbi vem servir aos anseios de vozes que há muito falavam à margem, pois a busca de uma afirmação de ser negro sempre existiu no Brasil, como vem comprovando a moderna historiografia, que pondo em cheque uma visão tradicionalista, se dispõe a rever o ponto de vista que propaga uma imagem de submissão. É nesse processo de revisão histórica que se comprova a existência de rebeliões e movimentos de resistência, capaz de serem comparados com o que aconteceu no Caribe, particularmente, no Haiti em 1804, quando os negros escravizados, organizaram uma rebelião e pela força das armas tomaram o poder e conseguiram sua libertação e a independência do país.

O processo de revisão da historiografia brasileira recupera um histórico de rebeliões dos escravizados e participação dos negros em todas as insurreições acontecidas no segundo Império. É natural que, a partir de então, se pensasse numa matriz fundante que pudesse servir de símbolo para mais uma etapa, na qual a imagem da “cordialidade” não será mais suficiente. O personagem Zumbi, “a fúria sagrada”, portanto, se contrapõe tanto ao protótipo do “negro pacífico” e “da submissão conformada” presentes no imaginário brasileiro, como a figura da “mãe preta”, ou do “pai João”.

Se o perfil de Zumbi, desenhado por Décio Freitas (1990), é o de um líder “letrado”, racional – aquele chefe que comanda, tendo antes pensado e elaborado as estratégias e táticas necessárias à sobrevivência da sociedade palmarina – o Quilombo de Palmares é pintado por ele como uma República socialista baseada na cooperação e na solidariedade:

Nas comunidades negras reinava uma fartura que oferecia um vivo contraste com a perene miséria alimentar das populações do litoral. A abundância de mão de obra, o trabalho cooperativo e a solidariedade social haviam aumentado extraordinariamente a produção. (FREITAS, 1990, p. 73).

Décio diz: “Era uma República peculiar a que não se poderiam aplicar conceitos históricos ou políticos de inspiração europeia” (FREITAS, 1990, p. 104). E continua num outro trecho: “Palmares foi a manifestação mais eloqüente do discurso antiescravista dos negros brasileiros nos quase três séculos da escravidão” (FREITAS, 1990, p. 210). Ainda sobre o território de Palmares, o historiador Flávio Gomes (2005), também, esboça um desenho:

Palmares foi um mundo de faces africanas reinventado no Brasil pelos *palmaristas* – africanos de grupos de procedências étnicas diversas, além daqueles nascidos lá –, os quais forjaram espaços sociais próprios e originais. Recriaram culturas, religiões e organizaram-se militarmente para combater invasores. Estabeleceram igualmente práticas econômicas para garantir a sobrevivência. Foi a criação deste mundo (como

possibilidade) que assustou sobremaneira a Coroa portuguesa. Ao findar o primeiro quartel do século XVII, os habitantes de *Palmares* já eram milhares. Não somente a fuga fazia crescer aqueles mocambos. As primeiras gerações de *Palmaristas* começava a nascer. (GOMES, 2005, p.73).

Com efeito, o quilombo de Palmares, após a visão de Décio Freitas (1990), passa por um processo de ressignificação. Deixa de ser simplesmente um quilombo, na estrita acepção colonial. Na acepção colonial do Conselho Ultramarino, quilombo era “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham nele ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (CONSELHO ULTRAMARINO⁵, 1740 apud ALFREDO, 2000, p. 163).

Neste sentido, Palmares após Décio Freitas (1990), rompe com esta acepção e se transforma numa República socialista forte que, paralela ao Império colonial, persistiu por mais de um século. Palmares, então, passa a ser o reencontro do sonho perdido de uma sociedade forjada na luta e na qual, decerto, poderia haver prevalecido, a verdadeira democracia racial.

A figura de Zumbi da forma como foi tratada pelo movimento negro contemporâneo, não pode ser analisada fora dos prismas da “nação”, e das culturas nacionais, por esse motivo, trago à cena Stuart Hall (2003):

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza nossas ações quanto à concepção que temos de nós mesmos. (HALL, 2003, p. 50).

Se uma cultura nacional é um discurso construído, discursos paralelos podem surgir elaborados por grupos que por uma razão ou outra, não foram contemplados pelo discurso “oficial” da suposta cultura nacional. E, é exatamente nesse jogo de contrastes e oposições, que são forjadas as identidades. Dessa forma, o mesmo personagem pode ser alvo de representações inversas daquilo que se quer ou se pretende expressar, seja por grupos que contestam a imagem ou personagem “oficial”, seja por grupos que, de uma forma ou de outra, pretendem firmar e afirmar sua singularidade, livrando-se das tramas do tecido homogêneo que os sufoca, buscando construir sua própria identidade.

Vista por esse ângulo, a luta de um grupo pelo reconhecimento de um personagem que “viajou” ao longo do tempo pelas “bordas” da narrativa histórica do país, não deve ser entendida como uma atitude retrógrada que ameace a ordem daquilo que foi construído e nos é apresentado

⁵ CONSELHO ULTRAMARINO, 1740 apud ALFREDO, W. Os quilombos e as novas etnias. Revista Palmares, v. 5, n. 5, p. 163, nov./ 2000.

como narrativa pedagógica de uma nação. Pelo contrário, essa luta se constitui num elemento fundamental para a construção e formação de identidade própria e coletiva do dito grupo. Deste ponto de vista, pode-se perguntar: que personagem é esse apresentado e revelado à nação brasileira? Um personagem que não apenas é apresentado, mas que insiste em ser incluído e fazer parte do discurso da cultura nacional, do discurso oficial?

Para nos ajudar a entender melhor a questão que se põs, peço ajuda do conceito de “dissemi(nação)” articulado por Homi Bhabha (1998). O conceito de “dissemi(nação)” responde à necessidade de se ler a nação com todas as suas diferenças culturais. O termo “disseminação” se refere simbolicamente à ideia de dois tempos históricos existentes num projeto da construção da narrativa ideológica nacional de qualquer país. Para Bhabha (1998), é necessário reconhecer a existência de dois níveis temporais que fazem parte da imaginação e da narrativização ideológica de uma nação, ou seja, daquele espaço em que se “escreve a nação”. Isto quer dizer que a nação não pode ser lida apenas horizontalmente, como metáfora de uma paisagem nacional, o que equivaleria à existência de uma identidade coesa e homogênea que anularia as diferenças. Mas também, a nação deve ser lida em sua temporalidade disjuntiva, ambivalente e produtiva que manifesta a diferença ou as diferenças culturais, muitas vezes provenientes de grupos subalternos exigindo a valorização de seus papéis como participantes ativos da mesma nação.

Ao primeiro tempo, o mais tradicional, àquele que articula a temporalidade linear, contínua e cumulativa, Bhabha (1998, p. 222) chama de tempo “pedagógico”; ao segundo, “performativo”. O tempo pedagógico “é uma forma de tempo homogêneo e vazio,” é o tempo já referido por Walter Benjamin em *Experiência e história*. O tempo performativo é a forma de tempo das intersecções, das transversalidades, é o tempo por onde caminham as histórias “subterrâneas”. “É o tempo que interrompe o tempo autogerador da produção nacional e desestabiliza o significado do povo como homogêneo” (1998, p. 209). Esses tempos são sempre articulados de forma agonística, caminham em estado de constante tensão.

Desse ponto de vista, é a valorização do tempo “performativo” que conduz à inscrição da subjetividade dos diversos “povos” que constituem uma nação. É por essa valorização do tempo “performativo” que se podem ouvir as “vozes” das consideradas minorias marginalizadas. Dessa forma, no dizer de Homi Bhabha (1998), é que grupos conseguiriam, simbolicamente, contestar o discurso centralizador e “pedagógico” de nação e, acima de tudo, questionar o poder deste discurso, no sentido de consolidar e generalizar uma única dimensão social, em nome de uma nacionalidade que se quer unificadora.

Com efeito, os territórios quilombolas espalhados pelo país, são espaços vivos de africanidades e resistência cultural. Bhabha (1998), ao analisar as culturas pós-coloniais afirma
que

são culturas que caminham sempre em processo de tensão com a cultura nacional e aproveitam-se sempre dos vãos, dos vazios que a linearidade da narrativa pedagógica de nação não deu conta de preencher. É dessa forma que se escrevem e se inscrevem as inúmeras histórias dos negros nas Américas. O tempo político (performativo) vem escrevendo ‘o tempo dos descendentes dos africanos’, no continente americano, o tempo daqueles que vêm construindo suas identidades hifenizadas, no sentido referido pelo antropólogo indiano Arjun Appadurai (2004), afro-brasileiro, afro-colombiano, afro-jamaicano, e assim por diante.

REFERÊNCIAS

ALFREDO, W. Os quilombos e as novas etnias. Revista Palmares, v. 5, n. 5, p. 163, nov./ 2000.

APPADURAI, A. **Dimensões culturais da globalização**: a modernidade sem peias. Tradução de Telma Costa. Revisão científica: Conceição Moreira. Lisboa: Editorial Teorema LDA, 2004. 267 p.

BASTIDE, R. **As Américas negras**: as civilizações africanas no novo mundo. Tradução de Edmundo de Oliveira e Oliveira. São Paulo: DIFEL; Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 210 p.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 395 p.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**. São Paulo: Schwarcz, 1990. 168 p.

CONCEIÇÃO, J. S. **Vozes quilombolas**: uma poética brasileira. Salvador: EDUFBA; Ilê Ayê, 2004. 166 p.

DEUS, Z. A. **Os herdeiros de Ananse**: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros nas Universidades. 2008. 295 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFPA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983. 191 p.

FERRARA, M. A Imprensa negra paulista. In: SILVA, J. C. Vozes quilombolas – uma poética brasileira. Salvador. EDUFBA; ILÊ AYE, 2004. 166 p.

FREITAS, D. **Palmares**: a guerra dos escravos. São Paulo: Graal Editora, 1990. 224 p.

GOMES, F. **Palmares**: escravidão e liberdade no atlântico sul. São Paulo: Contexto, 2005. 180 p.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. 434 p.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al]. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 553 p.

LEITE, J. C. ... **E disse o velho militante José Correia Leite**. São Paulo: Cuti, 1992. 301 p.

NASCIMENTO, A. **Jornal quilombo**. Edição Fac similar. São Paulo: Fundação de apoio à USP; Ed. 34, 2003. 128 p.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980. 281 p.

OLIVEIRA, S. Depoimento. Revista do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), v. 93, n. 233, p. 24, jan./ abr./ 2003.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 148 p.

ZEGARRA, M. C. Ações afirmativas e afrodescendentes na América Latina: análise de discursos, contra-discursos e estratégias. In: SANTOS, S. A. Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 352 p.